

## **SOARES, Macedo**

\*magistrado; min. STF 1892-1905.

*Antônio Joaquim de Macedo Soares* nasceu em Maricá (RJ) no dia 14 de janeiro de 1838, filho de Joaquim Mariano de Azevedo Soares e de Maria de Macedo Soares.

Fez os estudos preparatórios no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, de onde saiu em 1855. Sem vocação para os estudos religiosos, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo, em 1861, o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Depois de formado dedicou-se ao jornalismo e à literatura, notabilizando-se por sua crítica ao romantismo brasileiro, além de advogar no interior da província do Rio de Janeiro. Em dezembro de 1862 foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Saquarema e Araruama, na província fluminense, e em 1874 foi designado juiz de direito da comarca de São José e Campo Largo, na província do Paraná. Abolicionista e simpático à idéia republicana, em 1876 foi removido para a comarca de Mar de Espanha, em Minas Gerais, ali permanecendo até 1882, quando se transferiu para a comarca de Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Finalmente, assumiu a 2ª vara comercial da Corte, em 1886. Aí se encontrava em novembro de 1889, quando foi proclamada a República.

Com a reorganização da Justiça pelo governo provisório do novo regime, foi nomeado, em novembro de 1890, juiz da Corte de Apelação do Distrito Federal, tribunal de segunda instância que sucedeu à antiga Relação do Império. Permaneceu no cargo até 1892, quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 14 de agosto de 1905, no exercício de suas funções no STF.

Foi casado com Teodora Álvares de Azevedo.

Jurisconsulto erudito, dono de grande cultura, publicou obras não só no campo do direito civil e comercial, sua especialidade jurídica, como também compêndios de história e filologia, crítica literária, genealogias de famílias fluminenses e estudos sobre literatura, além de aventurar-se no domínio da composição musical. Notabilizou-se por elaborar, em

seu tempo, a análise mais acurada da obra romântica de Gonçalves Dias, além de outros poetas menores como Teixeira de Melo e Bittencourt Sampaio. Firmou-se assim como um dos críticos mais penetrantes da segunda metade do século XIX, o que permitiu que muitos o vissem como um antecipador, em pleno período romântico, do realismo no âmbito da crítica literária, cuja contribuição para o projeto de uma literatura nacional não se deixou influenciar pelo ufanismo de seus contemporâneos. De sua imensa obra, destacam-se o artigo “Da crítica brasileira”, publicado na *Revista Popular* em 1860, *Nobiliarquia fluminense* (1874), *Dicionário brasileiro de língua portuguesa* (1889) e o manuscrito intitulado “Campanha jurídica pela libertação dos escravos”, que veio a público em 1938.

*Eduardo Junqueira*

FONTES: BAUMGARTEN, C. *Crítica*; MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>